



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6314

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Denominação de vias públicas, centros comunitários e de convívio, alas oftalmológicas, salas, etc

Autoria: Heráclides Gonçalves Filho

Data: 13/02/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº 2007. Denomina a "Rua Eustáquio Pereira", localizada no bairro Santa Laura. (Referente à Lei nº 3.706, de 20/03/2007).

Controle Interno – Caixa: 8.7 **Posição:** 43 **Número de folhas:** 06

Espécie: Pl
Categoria: Denominação
α: 8.1
Ordem: 43
nº fls: 05



20/2007

13.03.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº _____/2007

AUTOR:

Vereador – Heráclides Gonçalves Filho.

ASSUNTO:

Denomina Rua Eustáquio Pereira no bairro Santa Laura.

MOVIMENTO

Entrada em – 13/02/2007
Comissão Legislação e Justiça e Vias Públicas

- 1 - _____
- 2 - AND VA DO EM ÚNICA EM 13.03.2007
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR JÚNIOR DE SAMAMBAIA

*As Comissões
7/13.02.07*

PROJETO DE LEI Nº _____/2007

Denomina Via Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passa a denominar-se oficialmente Rua **Eustáquio Pereira**, a rua popularmente denominada Rua A, localizada no Bairro Santa Laura, nesta cidade.

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 06 de fevereiro de 2007.


Vereador Heráclides Gonçalves Filho
(Júnior de Samambaia)



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
 EM 13 DE FEVEREIRO DE 2007
[Assinatura]
 PRESIDENTE

Projeto Legal e CONSTITUCIONAL.

Idem Maria
 06/03/07

[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
 EM 13 DE FEVEREIRO DE 2007
[Assinatura]
 PRESIDENTE

CONVOCADO PARA
 APROVAÇÃO DO
 PROJETO
[Assinatura] 06/03/07
 Idem Maria

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM DISCUSSÃO POR
ÚNICA
 EM 13 DE MAI DE 2007

 PRESIDENTE



PREFEITURA DE MONTES CLAROS
Secretaria de Planejamento e Coordenação



De: Antônio Dimas Cardoso - SEPLA

Memo Nº: GS/843/06

Para: Márcia Filocre Saraiva – Secretaria de Governo

Data: 20/12/06

Assunto: Solicitação - Atende

Senhora Secretária,

Em resposta a solicitação do Sr. Vereador Júnior Samambaia, informamos que não existe denominação oficial para a Rua A, situada no bairro Santa Laura, bem como não existe o logradouro público com a denominação oficial de Eustáquio Pereira.

Atenciosamente,


Antônio Dimas Cardoso
Secretário de Planejamento e Coordenação

TERMO DE RESPONSABILIDADE

- Via ou Logradouro público com moradores -

Declaro, nos termos do art. 159, § 4º, alíneas b, c, inc.I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, alterado pela Resolução nº 55 de 17 de agosto de 2006, que assumo a responsabilidade pelas informações referentes ao Projeto de Lei que
Denomina Rua/Avenida Rua Eustáquio Pereira,
Bairro Santa Laura, de minha autoria. Declaro ainda, que as informações são autênticas e atendem aos requisitos exigidos.

Montes Claros, 20 de Dezembro de 2006



Autor da Proposição

Vereador

Francelides C. Silva
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2007 QUE “Denomina Rua Eustáquio Pereira no bairro Santa Laura”, de autoria do Vereador Heráclides Gonçalves Filho.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, bem como à sua legalidade, sendo que a documentação prevista no artigo 159 e parágrafos, atinentes ao caso, do Regimento Interno foi juntada.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 22 de fevereiro de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605